



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27947 - DF (2021/0233647-9)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**IMPETRANTE : ANTONIO MANUEL DO REGO MAIA JUNIOR**  
**ADVOGADO : MANUELA FELIX MAIA - DF047265**  
**IMPETRADO : MINISTRO DO MEIO AMBIENTE**  
**INTERES. : UNIÃO**

### DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por ANTÔNIO MANUEL DO RÊGO MAIA JÚNIOR contra suposto ato praticado pelo MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-MMA, consubstanciado no despacho n. 19196/2021-MMA que manteve a punição disciplinar imposta ao impetrante.

Alega o impetrante que: “sabe-se que existe copiosa jurisprudência e doutrina que desobriga o administrador de adotar sugestão ou opinião, quer seja de subordinado ou até mesmo do setor jurídico, a exemplo da decisão do Supremo Tribunal Federal, contida no MS 24.631, Rel. Min. Joaquim Barbosa, j. 9-82007, DJ de 01.02.2008”.

Requer a concessão de tutela antecipada, para determinar à autoridade coatora determine a designação de Comissão Revisora do Processo administrativo Disciplinar, para análise dos fatos novos surgidos depois do encerramento dos trabalhos da Comissão que concluiu pela demissão do impetrante, e que no julgamento de mérito a concessão da ordem, assim como a confirmação em definitivo da liminar concedida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida. O impetrante não comprovou o risco de dano irreparável.

Ademais, no presente caso, o pedido de liminar – a designação de Comissão Revisora do Processo Administrativo Disciplinar – confunde-se com o próprio mérito da impetração, circunstância que demonstra a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da tutela de urgência, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, *caput*, da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência